

PREFÁCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lança o número 151 e comemora sua continuidade no projeto de digitalização e adequação a práticas editoriais reconhecidas no Brasil e fora dele. Com o número, encerra-se um ciclo de dois anos de publicações na periodicidade estabelecida, com avaliação cega e cumprimento de todos os procedimentos indicados pelo Ministério da Educação. O novo momento do periódico está mantido com esse número e, no futuro previsível, será preservado sem percalços. A revista quer se colocar como um meio acadêmico para os pesquisadores apresentarem suas pesquisas sobre o Rio Grande do Sul - este número quer ser mais um passo nesse sentido.

Como convidados, trouxemos dois professores estrangeiros, com traduções inéditas para a revista. O primeiro, em um artigo em que problematiza os diversos empregos dados ao vocábulo “colônia” e seus derivados em textos historiográficos, é o renomado jus-historiador argentino Victor Tau Anzoátegui, professor da Universidade de Buenos Aires, e um dos pesquisadores mais reconhecidos mundialmente em sua área. Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires, é diretor do *Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho* de Buenos Aires, o grande templo da História do Direito na Argentina, e já foi presidente da *Academia Nacional de la Historia de la República Argentina*. É membro titular da *Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales* de Buenos Aires e membro de mérito da Academia Portuguesa da História, dentre várias outras. Foi reconhecido com o *Premio Nacional de Arqueología e Historia*, concedido pelo Ministério da Educação da Argentina. Em suas pesquisas, dedica-se ao Direito nacional argentino dos séculos XIX e XX, à criação e aplicação do *Derecho Indiano*¹ e ao Direito Local e Provinciano.

O segundo convidado é o professor belga Wim Decock, com o artigo “Rumo a uma teoria jesuíta do Direito”. Decock leciona História do Direito e Direito Romano na Katholieke Universiteit Leuven, da Bélgica, e é um pesquisador associado do Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte (MPIeR, Instituto Max Planck de História do Direito Europeu), da Alemanha. Durante seu doutorado, recebeu bolsa Marie Curie e fez parte do programa de pesquisa interdisciplinar *European Legal Cultures*, financiado pela Comissão Europeia. No período, teve estâncias no *Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte*, em Frankfurt am Main, Alemanha, de 2006 a 2007, no *Istituto Italiano di Scienze Umane*, em Florença, Itália, de 2007 a 2008, e na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em Paris, França, de 2008 a 2009. Ele também obteve uma bolsa da *Academia Belgica*, em Roma, Itália, em

1 O Direito que regeu as “Índias Ocidentais” durante o período de dominação da Coroa Espanhola.

2007, e na primavera de 2011 foi pesquisador visitante na *Harvard Law School*, Estados Unidos. Em dezembro de 2011 obteve o título de Doutor em Direito junto à KU Leuven, Bélgica, e à Università degli Studi Roma Tre, Itália. Sua tese de doutorado foi publicada pela série *Studies in the History of Private Law* da editora Brill e recebeu os prêmios *Prijs Raymond Derine* e *ASL-Prijs voor Humane Wetenschappen*, ambos em 2012, além de ser eleito o “livro jurídico do ano” pela revista *Neue Juristische Wochenschrift* (47/2013). Além disso, Decock foi galardoado em 2014 com o Heinz Maier-Leibnitz-Preis, o mais importante prêmio da Alemanha para pesquisadores em início de carreira, prêmio este que possui o comitê de seleção nomeado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG, Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa) e pelo Bundesministerium für Bildung und Forschung (BMBF, Ministério Federal da Educação e Pesquisa da Alemanha), em razão de notáveis realizações com sua pesquisa, situada no início do período moderno, entre os séculos XVI e XVII.

Decock dedica seus estudos basicamente aos teólogos e juristas do período escolástico tardio. Já se tratou da importância do período escolástico tardio no desenvolvimento de sistemas jurídicos europeus modernos em séculos recentes, porém, Decock elaborou uma obra de referência abrangente pela primeira vez. Em sua pesquisa, ele enfatiza a importância especial dos teólogos católicos da época para o Direito contratual moderno. Em sua obra, Decock alia um meticuloso trabalho de fontes (de leque aumentado, na medida em que ele é um poliglota) a uma apurada capacidade de reflexão crítica e grande criatividade, de modo que, mais do que trabalhar novas fontes, ele elabora análises inéditas e sofisticadas.

O viés acadêmico da revista também está indicado no perfil dos autores que submeteram suas obras à avaliação. O número anterior já tivera autores com ampla distribuição geográfica no estado e forte ligação com a academia e docência em universidades. Esse movimento foi intensificado nesse número. Geograficamente, foram publicadas duas submissões de pesquisadores vinculados a instituições de fora do Rio Grande do Sul. Academicamente, os autores, todos professores ou pesquisadores cursando mestrados e doutorados, mostram como a revista cada vez mais tem uma disputa saudável entre artigos submetidos e acabam publicados apenas pesquisadores de qualidade em suas áreas. Estamos publicando professores que ministraram ou ministraram aulas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Federal de Rio Grande, na Federal de Santa Maria, na Federal de Santa Catarina, na UNISINOS e na PUC/RS, além dos pesquisadores em formação em diversos centros.

A respeito dos artigos, além dos convidados, há produções sobre a trajetória de personagens como Maurício de Nassau, Gaspar Silveira Martins, Athos Damasceno e assuntos como o papel dos juizes de órfãos em Porto Alegre e a formação da classe operária no estado pelos imigrantes, todos explorando recortes inéditos ou apresentando novas narrativas.

Em relação à publicação anterior, tivemos um número de submissões cerca de 50% maior. Esse dado é muito positivo e permite uma seleção mais rigorosa, mas representa, sobretudo, um desafio. A revista procurou avaliadores novos em dezenas de universidades e programas de pós-graduação. Ela superou o âmbito estadual, entrando em contato com professores e pós-graduandos de muitos estados, da região sul e de outras regiões do Brasil. A finalidade era comportar não apenas o aumento de submissões do período, mas preparar a revista para receber artigos em números ainda maiores, criando uma situação sustentável por anos a frente, mesmo com aumentos substanciais como esse. Esse processo foi um sucesso e a revista tem hoje mais de uma centena de acadêmicos realizando avaliações. E este dado, além de ser positivo por sustentar a revista no longo prazo, também denota a participação de pessoas de muitos estados e formações. A revista fica mais transparente e democrática, há menos carga de trabalho para cada avaliador e são escolhidos avaliadores com alta especialização na área da obra.

Aos avaliadores, parte central desse processo, fica o nosso renovado agradecimento. É um trabalho com reconhecimento limitado, pois a avaliação é cega, e para o qual não há retribuição direta. Essa disponibilidade para a iniciativa e o grande comprometimento demonstrado em algumas avaliações são motivo de entusiasmo para os que veem o trabalho sendo realizado.

Por todos esses dados, esperamos estar entregando ao público uma revista interessante, que auxilie em pesquisas e também ajude a conhecer melhor a história do Rio Grande do Sul. Esperamos que esse número seja mais um fruto positivo da proposta de tornar a revista um instrumento importante na difusão de pesquisas e cultura rio-grandense. Desejamos uma boa leitura!

Porto Alegre, 26 de dezembro de 2016.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva